

Curso de  
**ARBITRAGEM**

# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Introdução às alternativas adequadas de resolução de disputas .....	25
1.2 Breve histórico.....	30
1.3 Bibliografia recomendada .....	37
2.	
ALTERNATIVAS ADEQUADAS PARA SOLUÇÃO DE DISPUTAS, – TRIBUNAL MULTIORTAS, A RES. 125/2010 DO CNJ E O NOVO MODELO PROCESSUAL INTRODUZIDO PELO CPC/2015 .....	39
2.1 Introdução .....	41
2.2 Conciliação, negociação, mediação e arbitragem .....	42
2.3 Outras alternativas para solução de conflitos .....	48
2.4 Tribunal Multiportas .....	55
2.5 Do conteúdo da Res. CNJ 125/2010 e estrutura proposta .....	60
2.5.1 A “rede” de tratamento adequado dos conflitos .....	60
2.5.2 Dos conciliadores e mediadores .....	62
2.6 O novo modelo processual introduzido pelo CPC/2015 .....	
2.6.1. Valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos no CPC/15	
2.6.2. Integração do Mediador e do Conciliador no Código de Processo Civil como auxiliares da justiça	
2.6.3. Encaminhamento à mediação ou conciliação como etapa inicial do processo	
2.6.4. Particularidades da Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 quanto à mediação judicial	
2.7 Bibliografia recomendada .....	64
3. MEDIAÇÃO .....	67
3.1 Introdução .....	69
3.1.1. A Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 .....	
3.2 Princípios norteadores da mediação .....	72
3.3 Técnicas de mediação .....	77
3.4 A latitude (dimensão) da mediação .....	79
3.5 A Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 – suas particularidades .....	83
3.5.1. Dos mediadores	

3.5.2. Do procedimento de mediação privada	
3.5.3. O início da mediação privada	
3.5.4. O desenvolvimento da mediação privada	
3.5.5. O encerramento da mediação privada	
3.6 Bibliografia recomendada .....	89
4. ARBITRAGEM – A LEI 9.307/1996, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA	91
4.1 Arbitragem – Noções gerais e vantagens do instituto .....	93
4.2 A Lei 9.307/1996.....	96
4.2.1 A constitucionalidade da Lei 9.307/1996.....	99
4.3 Natureza jurídica da arbitragem.....	101
4.4 Bibliografia recomendada .....	107
5. ARBITRABILIDADE, PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM E ESPÉCIES .....	109
5.1 Arbitrabilidade.....	111
5.2 Princípios norteadores da arbitragem.....	114
5.3 Espécies de arbitragem – Institucional ou avulsa ( <i>ad hoc</i> ).....	122
5.3.1 Arbitragem institucional.....	124
5.3.2 Arbitragem <i>ad hoc</i> ou avulsa .....	126
5.4 Bibliografia recomendada .....	127
6. CONVENÇÃO ARBITRAL .....	129
6.1 Da convenção de arbitragem.....	131
6.2 Da cláusula compromissória .....	132
6.2.1 Cláusula arbitral cheia .....	135
6.2.2 Cláusula arbitral vazia .....	138
6.2.3 Cláusula arbitral patológica .....	145
6.2.4 Cláusula escalonada.....	148
6.3 Da autonomia da cláusula compromissória .....	152
6.4 Do Compromisso arbitral .....	153
6.4.1 Da extinção do compromisso arbitral .....	160
6.5 Dos efeitos da convenção arbitral.....	162
6.6 Da convivência entre a cláusula compromissória e a eleição de foro....	167
6.7 Bibliografia recomendada .....	168
7. DOS ÁRBITROS.....	171
7.1 Considerações iniciais.....	173
7.2 Quem pode ser árbitro.....	174
7.3 A escolha dos árbitros.....	178

7.3.1	Quanto ao número de árbitros.....	180
7.3.2	O presidente do tribunal arbitral.....	181
7.3.3	Nomeação de secretário.....	182
7.4	Atributos dos árbitros.....	183
7.5	Do impedimento e suspeição do árbitro.....	190
7.6	Da substituição do árbitro.....	193
7.7	Da responsabilidade penal do árbitro.....	195
7.8	Da responsabilidade civil do árbitro.....	195
7.9	O árbitro como juiz de fato e de direito, sua autoridade e efeitos da sentença 198	
7.10	Bibliografia recomendada.....	199
8.	PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	201
8.1	Considerações iniciais – As regras do procedimento arbitral.....	203
8.2	Dos princípios informativos do procedimento arbitral.....	205
8.3	Da cronologia do procedimento.....	208
8.4	A instauração da arbitragem.....	210
8.4.1	A exceção de recusa do(s) árbitro(s).....	216
8.4.2	A arguição de vícios relativos a competência, nulidade, invalidade, ineficácia da convenção.....	220
8.4.3	A omissão das partes, na primeira oportunidade de se manifestar, quanto à recusa do árbitro e quanto aos vícios da convenção.....	223
8.5	A organização da arbitragem.....	225
8.5.1	A falta de assinatura no termo de arbitragem.....	228
8.6	Bibliografia recomendada.....	231
9.	PROCEDIMENTO ARBITRAL – II.....	233
9.1	Introdução.....	235
9.2	Do desenvolvimento da arbitragem.....	236
9.2.1	Fase postulatória.....	236
9.2.2	Dos atos processuais.....	238
9.2.3	Da revelia.....	239
9.2.4	Da conciliação.....	241
9.3	A produção de provas na arbitragem.....	242
9.3.1	Do depoimento das partes.....	244
9.3.2	Do depoimento das testemunhas.....	246
9.3.3	Do depoimento das testemunhas técnicas – <i>expert witnesses</i> ....	247
9.4	Casuísticas no curso do procedimento.....	248
9.4.1	As despesas com a arbitragem.....	251
9.4.2	A confidencialidade na arbitragem.....	254
9.4.3	A interrupção da prescrição pela iniciativa da arbitragem.....	256

9.4.4	A participação do advogado e assistente da parte .....	258
9.5	Bibliografia recomendada .....	259
10.	TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	261
10.1	Considerações gerais sobre tutelas provisórias de urgência e de evidência .....	263
10.2	Das tutelas provisórias de urgência na arbitragem.....	265
10.2.1	Tutelas provisórias de urgência antecedentes .....	265
10.2.2	Medidas de urgência no curso da arbitragem.....	269
10.2.3	Convenção arbitral limitando a apreciação pelo árbitro de tutelas de urgência .....	271
10.3	Tutela provisória de evidência (antecipada) na arbitragem.....	272
10.4	Cooperação do Poder Judiciário .....	275
10.5	Da carta arbitral – o Código de Processo Civil de 2015 e a reforma da Lei de Arbitragem .....	278
10.6	Bibliografia recomendada .....	282
11.	SENTENÇA ARBITRAL .....	283
11.1	Introdução .....	285
11.2	Do prazo para ser proferida a sentença arbitral.....	286
11.3	Requisitos da sentença arbitral .....	289
11.3.1	Documento escrito .....	289
11.3.2	Relatório, fundamentação e dispositivo .....	289
11.3.3	Data e lugar em que a sentença é proferida .....	291
11.4	Da comunicação da sentença arbitral.....	292
11.5	Julgamento proferido por tribunal arbitral .....	293
11.6	Pedido de esclarecimento.....	297
11.6.1	Correção de erro material .....	298
11.6.2	Pedido de esclarecimento.....	298
11.6.3	Do prazo para se aditar a sentença.....	300
11.7	Sentença parcial (julgamento por etapas) .....	
11.8	Efeitos da sentença arbitral .....	300
11.8.1	Liquidez da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa ...	
11.8.2	O título executivo .....	
11.9	Bibliografia recomendada .....	306
12.	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	309
12.1	Introdução .....	311

12.2 O conteúdo da sentença e as diversas formas de se exigir o seu cumprimento	312
12.2.1 Da materialização da sentença arbitral – considerações gerais necessárias à compreensão da posição adotada abaixo quanto aos diversos conteúdos possíveis do provimento e forma de sua efetivação.....	314
12.3 Da eficácia da sentença arbitral declaratória, constitutiva ou executiva <i>lato sensu</i> .....	317
12.4 Da execução da sentença arbitral condenatória ao pagamento de quantia certa em dinheiro .....	322
12.4.1 Prazo para cumprimento da sentença.....	324
12.4.2 Polêmica a respeito da multa pelo não cumprimento da sentença	326
12.4.3 A citação pessoal do executado e prosseguimento do processo	328
12.4.4 Defesa .....	330
12.5 Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de fazer e não fazer	337
12.5.1 A fixação de prazo para cumprimento da obrigação e multa pela inércia .....	339
12.6 Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de entrega de coisa	342
12.7 Da execução da sentença arbitral contra a Fazenda Pública.....	343
12.8 Bibliografia recomendada .....	344
13. INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	345
13.1 Invalidação da sentença arbitral – Um novo olhar ao instituto.....	347
13.2 Das causas de invalidação da sentença arbitral .....	352
13.3 Do prazo para a propositura da ação.....	363
13.4 Procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral.....	364
13.4.1 Sentença que não decide todo o litígio submetido à arbitragem ....	
13.5 Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral .....	367
13.6 Bibliografia recomendada .....	371
14. ARBITRAGEM TEMÁTICA .....	373
14.1 Introdução .....	375
14.2 Arbitragem no direito trabalhista.....	376
14.2.1 Arbitragem nos dissídios coletivos.....	376
14.2.2 Arbitragem nos dissídios individuais .....	378
14.3 Arbitragem no direito falimentar .....	382
14.4 Arbitragem no direito societário.....	385
14.5 Arbitragem no direito público .....	391
14.6 Arbitragem no direito de família.....	394
14.7 Arbitragem no direito das sucessões.....	399
14.8 Bibliografia recomendada .....	402
15. ARBITRAGEM INTERNACIONAL .....	405

15.1 Objeto deste capítulo .....	407
15.2 Arbitragem doméstica e arbitragem internacional .....	407
15.3 Escolha de lei aplicável ao mérito da controvérsia.....	411
15.4 Homologação de sentença arbitral estrangeira .....	414
15.4.1 Normativa, objeto e competência .....	414
15.4.2 Fundamentos para denegação .....	417
15.5 Bibliografia recomendada .....	425
BIBLIOGRAFIA.....	429
ANEXOS.....	441
ANEXO 1 – LEI DE ARBITRAGEM – LEI 9.307/1996 .....	443
ANEXO 2 –LEI DE ARBITRAGEM CONSOLIDADA COM A LEI 13.129/15, DESTACADAS AS MODIFICAÇÕES COM BREVES COMENTÁRIOS .....	455
ANEXO 3 –LEI 13.140 DE 26 DE JUNHO DE 2015 – MARCO LEGAL DA MEDIAÇÃO 461	
ANEXO 4 – EMENDA REGIMENTAL Nº 18 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO .....	461
ANEXO 5 – CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	461
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	475